

16 PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS A TODOS OS NÍVEIS

16.3 Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

[16.3.2 Percentagem de cidadãos em prisão preventiva em relação ao total da população penitenciária](#)

16.3.2 Cidadãos em prisão preventiva em relação ao total da população penitenciária em percentagem

Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

Calisto Zacarias Matavele; Edgar Chichava; Ernesto João Boca

Departamento de estudos e estatística

Técnicos de estatística

+258 843793926; +258 842473074; +258 845589682

**[mjcr.planificacao.cooperacao@gmail.com](mailto:mjcr.planificacao.cooperacao@gmail.com)**

[zacmatavele@gmail.com](mailto:zacmatavele@gmail.com); [echichava717@gmail.com](mailto:echichava717@gmail.com); [eboca74@gmail.com](mailto:eboca74@gmail.com)

Este indicador visa elucidar o nível de cumprimento dos prazos de prisão preventiva e celeridade na tramitação processual, concorrendo para o descongestionamento e promoção da legalidade e Direitos Humanos.

O número total de pessoas mantidas em detenção que ainda não foram sentenciadas, define-se como uma percentagem do número total de pessoas mantidas em detenção, em uma data especificada.

Percentagem

Menor-melhor. Quanto mais próximo de zero estiver este indicador, melhor porque significaria a não existência de casos de prisão preventiva fora dos prazos estabelecidos por lei.

O indicador não esta desagregado por idade e sexo

Nem por duração da prisão preventiva (sem sentença).

O número total de pessoas não sentenciadas mantidas em detenção dividido pelo número total de pessoas mantidas em detenção, em uma data especificada.

Após a recolha de dados, os mesmos são inseridos no Sistema de Gestão de Informação Penitenciária (GIP) que é uma plataforma para gestão reclusoria onde é registada toda informação dos reclusos, desde a sua entrada no estabelecimento até ao termino da sua pena, feito isso a informação é enviada ao Departamento para a sua validação seguindo a seguinte sequencia técnicos, chefe de departamento e por fim Director.

Este indicador permite a comparabilidade a nível internacional

Este indicador usa os mesmos métodos de compilação usados internacionalmente.

O Ministério ainda não possui um sistema de gestão de qualidade de dados no entanto faz se uma gestão de qualidade interna a nível de departamento pelos técnicos e pelo chefe de departamento e Director.

A qualidade dos dados é garantida a partir da análise e apreciação começando pelos técnicos, chefe de repartição, chefe do departamento e por fim o director da direcção de planificação e cooperação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

Os instrumentos para avaliação da qualidade dos processos e produtos estatísticos a nível do Sistema Estatístico Nacional estão a ser desenvolvidos com base nos 19 princípios de qualidade estabelecidos pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas.

Registos administrativos: Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, e Serviço Nacional Penitenciário

O Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) é responsável pela recolha de dados através de relatórios diários referentes a situação dos reclusos. Após este momento, os dados são inscritos num sistema digital e enviados para o Órgão Central (Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos) Departamento de Estudos e Estatística para a globalização e validação.

Os dados são disponibilizados anualmente e não possuem desagregação.

Até Dezembro de 2020

Fevereiro de 2021

O Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP)

Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos

De acordo com o Decreto Presidencial n 8/2015 de 13 de Março, o Departamento de Estudos e Estatística do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, possui como funções:

1. Proceder a sistematização periódica das estatísticas do sector;
2. Propor mecanismos e modelos de recolha de informação estatística do Ministério;
3. Apoiar as unidades orgânicas, subordinadas e tuteladas do Ministerio no processo de colecta e tratamento de dados estatísticos;
4. Apoiar os departamentos de planificacao e monitoria na analise e tratamento de dados estatisticos;
5. Elaborar em coordenação com as unidades do sector, o relatorio anual de estatística do sistema de administração de justiça

<https://www.sernap.gov.mz/SGIP/aa0a8bc8-2f75-4c07-b249-25e76130e414/Log.aspx>,

Sem vínculo com algum indicador